

A dificuldade em se colocar no lugar do outro

Pessoas com deficiência ainda se deparam com a falta de estrutura das cidades e com o preconceito de parte da sociedade brasileira

Leonardo Bezerra

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país possuía em 2010 nada menos que 190 milhões de habitantes. Neste mesmo ano, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência apontou que 45 mil pessoas apresentavam ao menos uma das deficiências pesquisadas (visual, auditiva e motora, além da deficiência mental), o que representava 23,92% do total da população. Diante dos números, questiona-se a estrutura e a realidade brasileira para dar o suporte necessário para estes cidadãos.

Ainda segundo números do Instituto Brasileiro, a maior incidência de pessoas com ao menos um tipo de deficiência, 9,7%, ocorre na região Sudeste, como consequência da maior concentração populacional. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste, com 7,4%; Sul, com 3,2%; Norte, com 1,9%; e a Centro-Oeste, com 1,6%. Considerando a gravidade da deficiência visual, constatou-se que há, no Brasil, aproximadamente 528 mil pessoas cegas e 6 milhões que enxergam com dificuldade. O total de pessoas com deficiência mental é de cerca de 2,6 milhões, o que representa 1,37% do total da população.



(Fotos: Arquivo/Assecom Asces)

Ivan Filho já conquistou mais de 500 medalhas em competições

Apesar dos números impressionarem, estes cidadãos continuam se deparando com escolas e prédios públicos que, em sua maioria, não possuem a estrutura adequada para o acesso deles.

Direitos que estão distantes da realidade do paratleta Ivan Filho, de 36 anos, que não conseguiu estudar por causa do preconceito e do descaso das autoridades competentes. “Fui rejeitado na

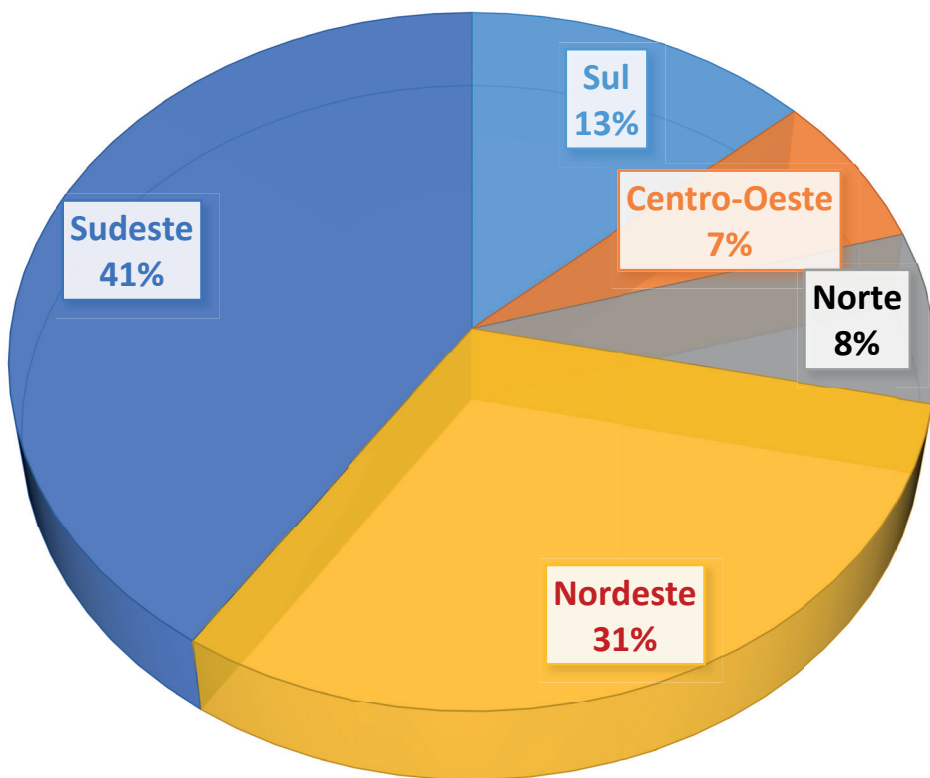
escola. Os professores e os colegas de sala não aceitavam minha condição. Só ingressei aos sete anos em uma escola pública, depois de ser rejeitado por várias instituições. Na época, por conta da idade, me colocaram na primeira série (o que hoje equivale ao segundo ano do ensino fundamental), mesmo sem saber ler e escrever”, lembra Ivan que, por conta da falta de oxigênio no cérebro

durante o parto, hoje convive com limitações de locomoção motora e de comunicação (da fala).

Mesmo com todas as condições cognitivas, o paratleta Ivan Filho só conseguiu cursar até o oitavo ano do Ensino Fundamental. “Os professores não tinham paciência, eu tinha muita dificuldade para escrever. Minha letra ficava quase inlegível e sempre chamavam minha mãe, sugerindo me retirar da escola. Apagavam o quadro antes de eu ter terminado de copiar a matéria, mesmo assim cheguei a oitava série. Mas, diante de tanto preconceito, desisti de continuar estudando”, critica.

“O preconceito existe e percebemos isso bem de perto, pois essas pessoas tratam você com repúdio, isso é revoltante. Eles pensam que a pessoa é menos ser humano do que eles. O que me difere é uma característica. Meus outros sentidos são aguçados”, relata o estudante universitário, Jonatan Chaves, de 22 anos, que tem glaucoma congênito (quando ocorre um dano ao nervo óptico e perda progressiva e irreversível do campo visual). Perdeu totalmente a visão do olho esquerdo e enxerga pouco com o olho direito.

Embora com a visão limitada, Jonatan nunca se deixou tratar como um desvalido. É paratleta na modalidade judô e concorre para uma vaga nos jogos Paralímpicos 2016, que serão disputados no Rio de Janeiro (RJ). “Comecei a lutar judô aos 11 anos, sou bicampeão pernambucano na classe especial, vice-campeão na classe normal e estou no curso para o exame da faixa preta”, comenta ele, que em junho participará de um *grand prix* de judô na cidade de Birmingham, Inglaterra. Alcançando a vitória, estará nos jogos Paralímpicos.



Distribuição dos brasileiros com deficiência nas diferentes regiões

Fonte: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

A dedicação de Jonatan ao judô se reflete nos estudos. Nunca reprovou e nem teve problemas com seus professores e colegas de sala, chegando ao Ensino Superior. “Sempre estudei em escolas particulares e, com muito apoio da família e de pessoas próximas, terminei o Ensino Médio aos 17 anos. No momento, estou no sétimo período da graduação em Jornalismo”, comemora.

Direitos e questões legais

O promotor de Justiça Maxwell Vignoli, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), atua com direitos humanos no Estado, mais especificamente na promoção e defesa dos direitos de grupos vulneráveis, dentre eles, as pessoas com deficiência. Para Vig-

noli, o direito é para todos, inclusive sobre educação, saúde, lazer, alimentação, moradia. “Contudo, é conferida atenção especial para o exercício efetivo desses direitos face a vulnerabilidade. Com isso, proporcionando a equidade necessária para promover a justiça. Vale ressaltar a importância da autonomia dessas pessoas no exercício efetivo desses direitos”, afirma.

Existem leis que procuram garantir melhores condições para os deficientes, a exemplo, da Lei Federal 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades →



fundamentais, visando a inclusão social e cidadania.

O problema é, aponta Vignoli, a pessoa com deficiência ter os direitos respeitados. “Precisamos pensar no modelo universal de arquitetura que proporcione o acolhimento de todos. Espaços maiores, com rampas e corrimãos, por exemplo, proporcionariam melhor qualidade de vida para todos.

Além do aprendizado de libras, disponibilidade de áudio-descrição nos

diversos locais (museus, exposições, teatros, palestras, cinemas), inclusão nas escolas para que as pessoas sem deficiência tenham o direito de conviver com a diversidade, mudando a perspectiva separatista criada por uma sociedade ainda preconceituosa”, observa.

Na opinião do promotor, “por falta de conhecimento e convivência com a pessoa com deficiência, a sociedade tem certa dificuldade de aceitação. Por outro lado, essa mesma sociedade pode

influenciar para melhoria da vida delas, compreendendo que a deficiência é mais uma das inúmeras diversidades dos seres humanos. Não tratar com estranhamento e proporcionar a autonomia para que elas exerçam seus direitos, também seria um caminho para evitar o preconceito”, pontua.

De acordo com os dados do IBGE, já mencionados na reportagem, o total de pessoas com deficiência mental é de 2,6 milhões, o que representa 1,37% do

total da população brasileira. Números que a enfermeira Vivia da Silva, especialista em Enfermagem em Psiquiatria pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SES/PE), conhece bem. Com experiências em hospitais psiquiátricos como o Hospital Alberto Maia, maior unidade de atendimento na área em toda a América Latina, afirma que os direitos deste público não são respeitados.

“Vivemos um processo de reforma na saúde, reforma esta amparada pela Lei Paulo Delgado (Lei 10.216, de 6 de abril de 2001). É clara a necessidade da mudança de posturas no cuidar. A maior dificuldade, então, é fazer valer os direitos estabelecidos pela lei. Com a falta de profissionais capacitados, estrutura física sucateada, rede de apoio ainda em processo de expansão, muitos usuários continuam em um modelo assistencial manicomial do século XVIII”, ressalta.

O caminho para a mudança

A enfermeira Vivia da Silva, especialista em atendimento deste público, revela: “por causa da doença mental, são rotulados como perigosos, estranhos e inadequados para o convívio social e inaptos para o estudo e trabalho, sendo assim, marginalizados, negligenciados e vítimas do descaso e da violência pela comunidade e, em alguns casos, pela família”, relata.

Vivia destaca, ainda, que é preciso “conhecer esses direitos e pôr em prática nas escolas, nas igrejas, nas reuniões comunitárias, nas unidades de saúde, nas repartições públicas. Outro passo é respeitar as limitações as quais essas pessoas possam estar apresentando. Porém, entender que se houver investimento, essas limitações poderão ser superadas.

“Por falta de conhecimento e convivência com a pessoa com deficiência, a sociedade tem certa dificuldade de aceitação. Por outro lado, essa mesma sociedade pode influenciar para melhoria da vida delas”

Para reforçar esta ideia, é possível recorrer novamente à fala de Ivan Filho. Ele acredita que se tivesse tido a oportunidade de estudar com um professor sensível para aquelas limitações, hoje estaria em uma situação melhor. “Na época, não existiam tantas leis para garantir alguns direitos que conquistamos ao longo do tempo. Mas precisamos de acessibilidade, de incentivo ao esporte que, inclusive, vem mudando a minha vida. Espero que essas pessoas se coloquem em nosso lugar, procurem conhecer e se comunicar. Não queremos apenas ajuda material, uma palavra as vezes faz o diferencial”, complementa.

O judoca Jonatan Chaves aproveita e questiona: “quem são os diferentes?”. “Os diferentes são os outros! Nós levamos uma vida normal diante de nossas limitações, os outros são quem nos tratam como deficientes”, reflete.

